

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SUA RELAÇÃO COM A UNIVERSIDADE: SINERGIAS E VULNERABILIDADES

PATRIMONIAL EDUCATION IN ITS RELATIONSHIP WITH THE UNIVERSITY: SYNERGIES AND VULNERABILITIES

Daniel Cardoso ALVES

<dca.uemg@gmail.com>

Doutorando em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Prof. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1618004302770371>

<https://orcid.org/0000-0002-1597-5180>

RESUMO

Sob o entendimento de que as universidades precisam investir, cada vez mais, em espaços de memória como condição para que se assumam enquanto ambientes acadêmicos efetivamente sociointeracionistas, este artigo tem como objetivo evidenciar a importância de processos educacionais com foco na educação patrimonial potencializada no contexto universitário por meio de centros, museus e outros espaços de memória. Para tanto, constitui-se em uma revisão de literatura com abordagem qualitativa que possibilita compreender a importância dos espaços universitários de memória, tanto para fortalecer os laços entre ensino, pesquisa e extensão necessários ao processo de formação do acadêmico, quanto para aproximar a universidade da comunidade por meio de processos educativos patrimoniais que visem proteger e conservar memórias passadas, presentes e futuras que explicam as trajetórias humanas. Desfecha-se este artigo concluindo que a formação de professores, se situada aos espaços de memórias, pode ser uma válida estratégia para potencializar a relação entre espaços educativos formais e não formais, o que incidirá na proteção e conservação de memórias passadas, presentes e futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços de memória; processos educacionais; educação patrimonial; universidade e comunidade.

ABSTRACT

Understanding that universities need to invest increasingly in memory spaces as a condition for them to assume themselves as effectively socio-interactionist academic environments, this article aims to highlight the importance of educational processes focused on heritage education enhanced by university context through centers, museums and other memory spaces. Therefore, it is a literature review with a qualitative approach that makes it possible to understand the importance of university memory spaces, both to strengthen the links between teaching, research and extension necessary to the academic formation process, as well as to bring university and community closer together, through heritage educational processes that aim to protect and preserve past, present and future memories that explain human trajectories. The article ends with the conclusion that teacher training is located in memory spaces can be a valid strategy to enhance the relationship between formal and non-formal educational spaces, which will result in the protection and conservation of past, present and future memories.

KEYWORDS: Memory spaces; educational processes; heritage education; university and community.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo evidenciar a importância de processos educacionais com foco na educação patrimonial potencializada no contexto universitário por meio de centros, museus e outros espaços de memória¹, os quais funcionam como um elo para a garantia da relação indissociável entre os pilares das instituições universitárias: Ensino, Pesquisa e Extensão. O estabelecimento das políticas que visam a integração de maneira indissociável desses pilares constitui-se, nos estatutos universitários, como condição para o exercício da autonomia didático-científica.

Dito isso, esses espaços universitários de memória configuram-se nos organogramas das instituições superiores de ensino formal que têm a extensão como pilar, uma vez que se ligam diretamente aos processos educativos não formais. No entanto, conforme nos ensinou Vygotsky (2007), esses processos complementam e ampliam os conhecimentos oferecidos pela educação formal², pois é ele sociointeracionista, isto é, ocorre num ambiente rico em interações sociais que possibilitam as permutas entre saberes formais e não formais necessários para a construção coletiva do conhecimento.

As universidades precisam investir, na perspectiva de ensino e de aprendizagem socioconstrutiva apresentada, cada vez mais em espaços que se assumam enquanto ambientes acadêmicos, de fato, sociointeracionistas.

¹ “[...] alimentar a memória dos homens requer tanto gosto, tanto estilo, tanta paixão, como rigor e método” (LE GOFF, 1993, p. 19).

² Educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. Educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. Educação não-formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Assim, a educação patrimonial no ensino superior também está interligada com a pesquisa, visto que a sua aplicabilidade demanda abordagem teórica e, portanto, perpassa pelo que se tem pesquisado sobre esse campo de estudo (memória, educação patrimonial, salvaguarda e musealização social).

Quanto ao ensino, por um lado, está muito próximo aos conteúdos das disciplinas propedêuticas especialmente dos cursos de Pedagogia que buscam contribuir com o ensino de memória e patrimônio na educação básica, entre elas: Sociologia, Antropologia, História e Filosofia.

Por esses aspectos, a educação patrimonial no contexto universitário possui uma perspectiva interdisciplinar, em que as atividades buscam suporte em variadas áreas do conhecimento, impactando na formação acadêmica do estudante, cujo percurso formativo deve estar alicerçado na flexibilidade curricular, isto é, deve possibilitar ao estudante agregar conhecimentos extensionistas diversificados, entre eles, os relacionados à preservação do patrimônio cultural.

A partir da contribuição interdisciplinar de estudos do campo da Memória e sua relação com a Educação³, este artigo sustenta-se no pensamento de Maurice Halbwachs (1990), segundo o qual, para que a construção coletiva da memória aconteça enquanto processo dialógico, faz-se necessária que a sua constituição esteja associada às memórias dos outros membros da comunidade, pelo que

Não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram

³ Educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...] O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária” (grifos do autor), que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (FREIRE, 2005, p. 78).

e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990. p. 48).

Para o autor, não subsistem, em qualquer galeria subterrânea de nosso pensamento, “[...] imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória” (HALBWACHS, 1990. p. 139-140).

Com essa perspectiva teórica, a humanidade historicamente se apropria de instituições museais que, idealmente, deveriam ser espaços próprios que auxiliam os sujeitos na construção de suas memórias coletivas. A respeito desses espaços, Almeida (2001), quando da defesa de sua tese de doutorado sobre museus universitários, apropria-se da definição de museu estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo esse Conselho, museu é “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade” (ICOM, 2001).

A concepção de museu universitário, segundo Almeida (2001), vai além dessa definição do ICOM. Para a pesquisadora essa instituição deve:

[...] brigar/formar coleções significativas para desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão; Dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo; Manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções; Participar da formação de trabalhadores de museus; Propor programas de extensão: cursos, exposições, atividades culturais, atividades educativas baseadas nas pesquisas e no acervo; Manter programas voltados para diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, espontâneo, entre outros, dependendo da disponibilidade de coleções semelhantes na região e do interesse dos diferentes públicos. (ALMEIDA, 2001, p. 5).

Assim, na atualidade existem variadas funções atribuídas aos museus, entretanto, a função em que incide a maioria dos museus de preservar institucionalmente a história da humanidade com fins educativos e culturais prevalece, o que nos faz pressupor a presença da possibilidade do aproveitamento político da estrutura museal pela busca de controle e manipulação da memória, ou seja, ela deixa de ser apenas uma construção social e passa à condição de objeto de poder. Com isso, tornam-se habituais as tentativas em prol da construção de uma sociedade sem memória, de um povo sem história, costume e suscetível de manipulação.

Ao mesmo tempo, o patrimônio material é definido como a natureza dos Patrimônios Culturais, configurando-se ao lado dos patrimônios imateriais, logo, apresenta-se como de extrema importância para o reconhecimento e a identificação cultural de uma nação. Nessa direção, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

A Constituição estabeleceu, ainda, que o Patrimônio Cultural seja visado e atendido pelo Estado, contando com a ajuda plena da sociedade. Consoante à determinação constitucional, foi de extrema importância a promulgação do Decreto nº 3551/2000 acompanhada da noção de patrimônio cultural imaterial. Noção que se identifica com os domínios da vida social e coloca como principais beneficiados, no processo de salvaguarda do Patrimônio, grupos e indivíduos, os quais são chamados de detentores. Tal salvaguarda orienta-se ao “apoio àqueles que os transmitem e mantêm e, por isso, devem participar ativamente da identificação, do reconhecimento patrimonial e do fomento à sua continuidade e sustentabilidade” (BRASIL, 2000).

Assim como os mais variados tipos de conhecimentos, que levam o ser humano a direcionar o seu olhar a um dogma, a dedicação à observação do Patrimônio da sociedade em que se

está inserido tem o seu devido valor. A construção de um entendimento aprimorado acerca do Patrimônio é ferramenta indispensável para o fomento e a concretização de uma cultura educacional que preze pela preservação dos pilares que sustentam uma comunidade.

Estando presente em ciclo gradativo de evolução e mutação, a cultura se encontra na vida do homem desde a sua concepção enquanto um ser racional, justificando, portanto, os seus hábitos e costumes. Os processos educacionais, tal como a cultura, renascem a cada novo tempo, obedecendo às novas necessidades e aos novos desafios que se tornam presentes na vida em comunidade.

Por isso, a necessidade de mudança em que os processos educacionais são modelo é muitas vezes justificada pela própria renovação da cultura, que também se refaz após uma demanda, ou quando uma nova necessidade é semeada. Para Agar (2002), cultura

[...] se refere a alguma coisa que o sujeito cria, algo que ele inventa para preencher as diferenças com os outros. É algo que o sujeito fabrica em sua mente consciente. É um objeto intelectual. Mas não inclui apenas o intelecto. Inclui emoções. E não é logicamente perfeita. Inclui contradições e ambiguidades. (AGAR, 2002, p. 138, tradução do autor).

A reflexão sobre a importância da educação, nessa perspectiva, possibilita ao sujeito ir além das fronteiras através de uma relação de alteridade, o que, com efeito, não impõe uma nova identidade, mas apenas busca ressignificar a partir do encontro com o “outro”, que por mais diferente que seja o diálogo, o conduza à troca de saberes, não sendo outra coisa senão o verdadeiro sentido do humano, concebido a partir de um tempo histórico como o humanismo do outro homem.

Por fim, em termos metodológicos, o artigo constitui-se em uma revisão de literatura com abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e se estrutura em três seções, sendo a primeira referente a esta introdução. Sequencialmente são apresentadas reflexões teóricas acerca do objeto de estudos dos espaços de memória. Conclui-se com a terceira seção entendendo que o investimento na formação de professores no contexto de espaços de memórias pode ser um caminho para potencializar a relação entre espaços formais e não formais de ensino com vistas a proteger e conservar memórias passadas, presentes e futuras.

O OBJETO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DA DEFINIÇÃO À TENTATIVA DE DESTRUIÇÃO

A temática aqui apresentada se fundamenta na concepção alargada e contemporânea acerca do que seja patrimônio cultural⁴, tal como conceituado no Artigo 216, “Seção II – Da cultura”, da atual Constituição do Brasil: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos de formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Observa-se que o novo entendimento que passa a vigorar, fruto de movimentos sociais e acadêmico-científicos, abrange, segundo Giovanaz (2007), desde o patrimônio de pedra e cal, a práticas culturais e de valorização da memória de bens culturais não tangíveis de diferentes grupos sociais e étnicos-culturais, passando pelos movimentos de afirmação do local, do regional na disputa contra expressões e produtos culturais hegemônicos que se globalizam por meios comunicacionais eletrônicos e digitais, bem como por políticas e práticas educativas da preservação ambiental, visto que o meio ambiente é concebido como patrimônio cultural.

Em claro movimento de ampliação e (re)conceptualização do campo de estudo do Patrimônio, foi promulgado, em 2000, o Decreto Federal nº. 3.551 (BRASIL, 2000), que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, inserindo a possibilidade de registro e salvaguarda do chamado patrimônio intangível. Essa nova abordagem surgiu como resposta às críticas apresentadas pelos países de cultura não europeia ao quadro conceitual, sobre o qual são tradicionalmente desenvolvidas as políticas de patrimônio cultural centradas em noções de monumento histórico e de preservação. Esse Decreto sugere a percepção de distintos domínios que compõem a dimensão imaterial do patrimônio cultural:

- 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas,

⁴ Não nos deteremos aqui à discussão da concepção de patrimônio. Estudos relacionados podem ser recuperados em diversas produções do campo museológico, cultural, histórico, antropológico e educacional.

cênicas e lúdicas. 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000).

Passa-se, assim, a uma sintonia com as convenções internacionais do campo das políticas patrimoniais, que entendem por Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados -, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O PCI, que se transfere entre gerações, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é constantemente recriado pelos grupos comunitários diversos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e a sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Movidas pela perspectiva de uma sociedade cidadã e democrática, em que se reconhece e se luta pelo direito à memória e o direito à diferença, segundo teóricos como Abreu e Chagas (2003), Canclini (1994), Choay (2001) e Santos (1987), práticas patrimoniais colocam na cena pública a dimensão educativa que comporta a ideia da diversidade ambiental, étnico-cultural de nossa formação histórica e, portanto, da multiplicidade de memórias e identidades presentes na sociedade, em oposição às velhas imagens homogeneizadoras, pois

É pela comunicação homem / bem cultural preservado que a condição de documento emerge (...). Em contrapartida, o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação (...). A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação. (CHAGAS, 1996, p. 46-47).

Posto está que o patrimônio não se restringe à dimensão histórica, aos monumentos, às obras arquitetônicas ou às obras das belas artes, visto que se democratizou o processo de atribuição

de valor patrimonial ao universo dos bens culturais, incorporando a participação da sociedade civil e da diversidade cultural dos grupos humanos que compõem a sociedade⁵.

Essa compreensão por parte do IPHAN é evidenciada na elaboração do documento de orientação conceitual e metodológica para a realização do Inventário Nacional das Referências Culturais, como se transcreve:

Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira - os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral. (IPHAN, 2000, p. 11).

Referindo-nos, ainda, ao documento Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), para entendermos o deslocamento contemporâneo do conceito de patrimônio em direção à incorporação dos bens culturais e às referências culturais, destaca-se que:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproxima os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p. 29).

No tocante às instituições educacionais, sobretudo a partir dos anos 1980, constata-se que essas vêm aumentando o reconhecimento da importância que os espaços e instituições culturais têm para os processos educativos e de produção do conhecimento. Inúmeras têm sido as iniciativas

⁵ Não podemos nos esquecer que, embora, somente a partir de 1970 o IPHAN retoma as discussões a respeito dos conceitos e práticas envolvidos no campo patrimonial, já em 1936 Mário de Andrade entregava proposta ao ministro Gustavo Capanema em que o patrimônio cultural da nação era compreendido como muitos outros bens além de monumentos e obras de arte. A leitura do livro de Mário de Andrade “Inventário dos sentidos” pode nos dar a dimensão da visão apurada, sensível e avançada para uma época em que predominava uma noção de patrimônio restrita à ideia das belas artes, aos monumentos oficiais.

de diálogo das instituições educacionais com os espaços culturais - em especial os museus e centros de memória - com vistas a explorarem o que esses espaços podem oferecer para a formação ou a afirmação de identidades, para a produção de novos conhecimentos, para o desenvolvimento de novas sensibilidades históricas, estéticas e cidadãs.

As universidades sendo, portanto, possuidoras de importante patrimônio cultural, no sentido ampliado e renovado, como exposto, assumem a missão de garantir a todos os cidadãos, sobretudo aos que vivem nos seus territórios de influência, o acesso aos seus acervos que se constituem como bens culturais de “todo o testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico” (IPHAN, 2002, p. 143).

A difusão do patrimônio cultural constitui-se, então, como uma das finalidades da universidade que, com estratégias simples como a digitalização de acervos, pode ser alcançada, entretanto, a preservação torna-se complexa, visto que:

Os materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, aplicativos e páginas web, entre uma vasta e crescente gama de formatos. Por serem frequentemente efêmeros, requerem a produção, manutenção e gestão específicas para manutenção. Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros, portanto, constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atuais e futuras. Essa herança sempre crescente pode existir em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humana. (UNESCO, 2003, p. 37-38 apud ALVES, 2016, p. 26).

O cuidado desses materiais são essenciais para a pesquisa, um outro pilar da universidade que ganha relevo para, também, justificar a preservação do patrimônio cultural, uma vez que é função própria da constituição histórica das universidades a manutenção dos centros de memória, museus e outros espaços de memória, que se caracterizam como um terreno fértil para a prática da pesquisa. Como ressalta Julião (2006), a pesquisa propriamente dita envolve investigações e estudos

que resultam em novas abordagens, conceitos e interpretações dos conteúdos correlatos ao acervo do patrimônio cultural.

Contudo, o descaso do poder público e privado em relação à gestão e preservação desse patrimônio é, na contemporaneidade, visível na literal queima dos acervos de memória e história. Para citar apenas dois exemplos, em setembro de 2018, a sociedade brasileira espantou-se com manchetes de jornais noticiando que parte de mais de dois séculos de sua história havia sido apagada pelo fogo:

O incêndio do Museu Nacional do Rio foi ‘a queima de 200 anos de História’. Brasil chocado com a destruição pelo fogo de uma coleção com mais de 20 milhões de peças. Um país que não consegue tomar conta de um museu está à beira da barbárie”, diz um professor”. (COELHO; COUTINHO, 2018 e informação verbal cedida aos jornalistas):

Fig. 1. Museu Nacional do pós incêndio.

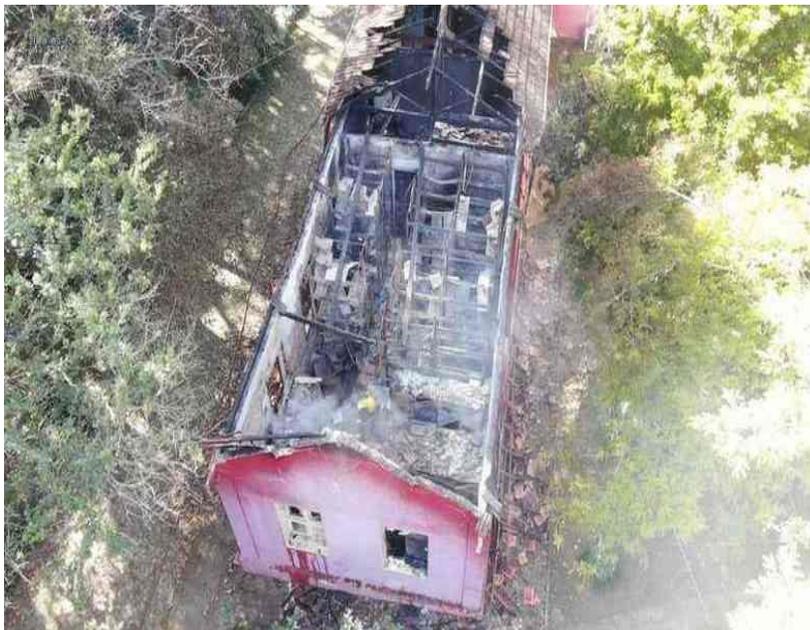


Fonte: Moraes (2018).

Em menos de dois anos, outra manchete e a imagem de um museu destruído se repete:

[...] não foi por falta de aviso', afirma ex-diretor do Museu da UFMG que pegou fogo. Incêndio atingiu parte do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB/UFMG) na manhã desta segunda-feira (15). (LIMA, 2020 e informação verbal cedida à jornalista):

Fig. 2. Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG pós incêndio.



Fonte: Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (2020).

Somam-se a esses dois episódios, no contexto brasileiro, a destruição pelo fogo de mais sete outros prédios guardadores da história científica e cultural do país nas últimas duas décadas: Teatro Cultura Artística, em 2008; Instituto Butantan, em 2010, o qual tem sido um dos principais protagonistas na atualidade como esperança para a produção de vacinas contra a Covid-19, doença pandêmica que vem assolando a humanidade; Memorial da América Latina e Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais, em 2013; Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios, 2014; Museu da Língua Portuguesa, em 2015; Cinemateca Brasileira, em 2016.

Para além do Brasil, essa cena de destruição à produção científica e histórica da humanidade se repete em diversos outros países, como: Em 1933, em que o fanatismo político

resultou na queima, em praça pública de várias cidades da Alemanha, de centenas de milhares de obras de escritores que eram consideradas opostas ao Nazismo; Em 1958, foram destruídos no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMa) parte do acervo referente ao pintor francês Claude Monet (1840-1926); Em 1998, o Museu Histórico de Estado russo foi consumido por um incêndio de significativa proporção; Em 1978, um incêndio criminoso destruiu a biblioteca e cerca de 40 aeronaves do Museu Aeroespacial de San Diego, no estado norte-americano da Califórnia; Em 2012, o complexo conhecido como "Cidade da Ciência", em Nápoles, no sul da Itália, ficou em cinzas; Em 2014, o sistema antichamas do Museu de História Natural de Nova York, nos Estados Unidos, foi acionado devido a indício de incêndio; Em 2015, o Estado Islâmico provocou explosões de sítios arqueológicos na cidade histórica de Palmira, na Síria. Em 2016, todo o acervo do Museu de História Natural da Índia, em Nova Delhi, foi perdido pelo fogo; e em julho de 2018, o prédio que abrigou o Museu de Guerra de Chania, em Creta, na Grécia também foi devorado pelas chamas.

No Brasil e no mundo, esse quadro de apagamento dos fixos espaciais guardadores da história cultural dos povos e *locus* de ciência, ora decorre do temor por aqueles detentores do poder que o conhecimento exerce quando um povo descobre a sua própria história cultural, ora pela falta intencional de infraestrutura básica e de recursos humanos que, em suma, relaciona-se com o mencionado temor.

Por um viés ou outro, apreende-se que a má gestão ou a negligência associada a regimes pouco estruturados no respeito pelas instituições e seus acervos de memória, possam, de algum modo, contribuir para um grande número de ocorrências destrutivas deste mesmo patrimônio, algo que infelizmente é transversal a muitas sociedades e regimes políticos.

Urge à universidade, assumir o papel de instituição social, que nas palavras de Chauí (2001), deve, dentro da divisão social e política em que se insere, buscar

[...] definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua

inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com supostos iguais. (CHAUÍ, 2001, p. 188).

Portanto, somente enquanto investida do seu papel de instituição social, o que significa dizer, à luz de Chauí (2001), que ciente da sua função social de ser uma criação cultural e não uma organização social funcionando como mero aparato de interesses políticos voltados para a manutenção de um poder pela dominação e/ou restrição, à grande massa, do acesso à história, memória e aos artefatos culturais, que a universidade poderá contribuir para a garantia da preservação do patrimônio cultural da humanidade e torna-lo acessível ao povo, haja vista na contramão da finalidade última do Estado Neoliberal que, para imperar e dominar, negligencia intencionalmente a função de preservação da memória e história de um povo com o objetivo de causar o seu desaparecimento, afastando, para isso, qualquer possibilidade que abale o *status quo*, o que inclui a negação da apropriação, pelo povo, da sua cultura, já que ela é tida, por este Estado, como instrumento que corrói o seu poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial contribui, ante o exposto, para a construção de uma ação social transformadora, na medida em que tem como premissa a participação social, o que significa, em outros termos, uma ação transformadora numa perspectiva de musealização social.

O investimento nos espaços universitários de memória justifica-se, por tanto, na materialização da relação dialógica entre universidade e comunidade, visto que visitar as memórias de um povo apresenta-se como uma possibilidade para o rompimento dos limites físicos existentes entre ambas. Aproximar-se do público alvo é possibilitar o encontro entre o saber científico e o conhecimento popular. Nessa relação não se busca a doutrinação da comunidade, mas a produção de conhecimento conjunto.

Por isso, entendemos que a educação patrimonial no contexto universitário contribui para as políticas públicas e o desenvolvimento regional, uma vez que possibilita uma maior conscientização da população, bem como ao seu acesso aos aparelhos de cultura, muitas vezes a ela negado. Também entendemos que, na medida em que a comunidade se apropria dos artefatos culturais materiais e imateriais, ela se fortalece enquanto grupo social.

Assim, pensamos como Almeida (2001), que investir na formação de professores a partir da consolidação e apropriação de espaços de memória apresenta-se como um caminho para a aproximação entre instituições formais e não formais de ensino e, conseqüentemente, para a preservação da memória e da história de/pelo povo. Essa preservação demanda um trabalho contínuo com resultados que só serão sentidos em longo prazo, quando o acadêmico se tornar professor, sendo uma estratégia a inclusão de disciplinas que abordem sobre a educação em espaços memória, dentre eles os museus, no currículo das licenciaturas oferecidas pelas faculdades de educação, bem como, a oferta de estágios aos acadêmicos nesses espaços formativos.

Essa estratégia contribui para aumentar o interesse dos licenciandos em conhecer outros espaços que também desenvolvem práticas educativas e que, no futuro, podem vir a se tornar um campo de atuação profissional. Da mesma forma, desafia professores formadores a articular ações para que os acadêmicos desenvolvam um conceito mais amplo de educação, tenham a oportunidade de explorar esses espaços e vislumbrar novos campos de inserção profissional e de pesquisa.

A discussão acerca da relação entre educação patrimonial e universidade, especialmente as faculdades de educação, revela-se pertinente em decorrência do contexto social em que estamos inseridos, frente ao aumento de organizações que desenvolvem práticas educativas, das crescentes demandas por formação e capacitação em serviço e mediante à necessidade de formar um profissional qualificado para atuar em diversos espaços. Nesse cenário, seria um equívoco conceber que o campo de atuação profissional do professor está restrito ao espaço escolar, pois se assim o fizermos, limitaremos as potencialidades da sua formação e negaremos o princípio de que a

educação, conforme Brandão (2005), está misturada com a vida de forma ampla, permanente e constante.

Por todo o exposto, acreditamos que cabe à universidade, como lugar de difusão do saber acadêmico, promover por meio do ensino, da pesquisa e da extensão atividades geradoras de conhecimento, o que contribui para reforçar o caráter documental científico de seu acervo. Esse movimento também propicia o aparecimento da necessidade da ampliação dos mesmos, em consonância com novas questões derivadas da pesquisa e com o estabelecimento de políticas de acervo a serem discutidas e implementadas pela universidade, em atendimento às singularidades de cada espaço de memória.

O papel da difusão do conhecimento gerado e dinamizado pelos diferentes acervos é também inerente à instituição educacional universitária que, além de beneficiar a comunidade interna, atinge diferentes públicos por meio de ações culturais e educativas que promoverão o seu uso, possibilitando aos visitantes e pesquisadores externos de espaços de memória a construírem novas significações, desenvolver novos olhares sobre diferentes objetos de conhecimento.

Proteger e conservar os suportes do patrimônio cultural para as gerações futuras é função da universidade, o que requer cuidados, conhecimentos técnicos específicos e necessidades basilares de infraestrutura (mobiliário e ambientação - luz, temperatura, umidade) adequados, evitando, assim, a sua degradação, uma vez que, os espaços universitários de memória ou, parafraseando Gaspar (1993), os museus, não somente são o lugar onde as pessoas revistam o passado das conquistas humanas, como também possibilitam que elas se encontrem com a realidade dos dias atuais e projetem suas perspectivas futuras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A; Unirio; Faperj, 2003.

AGAR, Michael. *Language shock: understanding the culture of conversation*. New York: Perennial, 2002.

ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 01 nov. 2019.

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. 2016. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial de União*, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.551/2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 07 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editores, 1996.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 12. Jul. 2018.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

COELHO, Alexandra Prado; COUTINHO, Isabel. O incêndio do Museu Nacional do Rio foi “a queima de 200 anos de história”. *Ípsilon*, 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/03/culturaipsilon/noticia/o-incendio-do-museu-nacional-do-rio-foi-a-queima-de-200-anos-de-historia-1842916>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Código de Ética do ICOM para os museus. *In*: ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 20., 2001, Barcelona, ES. *Documento aprovado* [...]. Barcelona, ES: ICOM, 2001

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. *Em questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista Dos Tribunais LTDA, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Caderno de diretrizes museológicas*. Brasília: IPHAN, 2002.

_____. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. *In*: BRASIL. Ministério de Cultura. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. 2. ed. Brasília: MinC; IPHAN; Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006. p. 91-107

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para que?* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Déborah. 'Não foi por falta de aviso', afirma ex-diretor do museu da UFMG que pegou fogo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/15/interna_gerais,1156789/nao-foi-por-falta-de-aviso-afirma-ex-diretor-do-museu-da-ufmg-que-p.shtml. Acesso em: 02 fev. 2021.

MINAS GERAIS. Corpo de Bombeiros. Imagens do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. 1 fotografia aérea, color. *In*: LIMA, Déborah. 'Não foi por falta de aviso', afirma ex-diretor do museu da UFMG que pegou fogo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jun. 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/15/interna_gerais,1156789/nao-foi-por-falta-de-aviso-afirma-ex-diretor-do-museu-da-ufmg-que-p.shtml. Acesso em: 02 fev. 2021.

MORAES, Ricardo. Vista aérea do Museu Nacional do Rio depois do incêndio. 1 fotografia aérea, color. *In*: COELHO, Alexandra Prado; COUTINHO, Isabel. O incêndio do Museu Nacional do Rio foi “a queima de 200 anos de história”. *Ípsilon*, 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/03/culturaipsilon/noticia/o-incendio-do-museu-nacional-do-rio-foi-a-queima-de-200-anos-de-historia-1842916>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SANTOS, Maria Célia Moura T. *Museu, Escola e Comunidade – Uma integração necessária*. Salvador: UFBA, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



Submissão: 04 de abril de 2021
Avaliações concluídas: 04 de maio de 2021
Aprovação: 19 de novembro de 2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

ALVES, Daniel Cardoso. A Educação Patrimonial em sua relação com a universidade: sinergia e vulnerabilidades. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 22, n.1, p. 1-19, jan./jun., 2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>